



Lúcio: acusação tardia

Lúcio recusa comentar a acusação de Cláudio

O atual secretário de Educação do Município, e ex-diretor do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, professor Lúcio Teixeira preferiu não fazer ontem qualquer comentário sobre as acusações do professor Cláudio Emerenciano de que, durante o seu mandato no CCHLA, não havia cumprindo os estatutos da UFRN.

Lúcio Teixeira preferiu transferir ao reitor Genivaldo Barros qualquer declarações sobre assunto, ressaltando, porém, que as acusações são tardias e deveriam ter sido feitas quando ele ainda ocupava o cargo. Ele adiantou, apenas, que todos os seus atos foram praticados de acordo com a orientação do então reitor Diógenes da Cunha Lima. No mais, qualquer declaração, salientou, será dada pela Reitoria.

O atual Secretário de

Educação da Prefeitura esteve na manhã de ontem no Gabinete de Genivaldo Barros, mas, ao sair, negou qualquer relação entre a audiência e as acusações de Cláudio Emerenciano.

Ele informou, inclusive, que a audiência já havia sido marcada com antecedência e que nela foram abordados apenas dois assuntos distintos: a formalização de um convênio entre a Secretaria de Educação e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte para a manutenção da Banda Sinfônica do Município de Natal, que passa a funcionar com instrumentos doados pela UFRN, e a data de lançamento de seu livro "As Funções do Administrador", editado pela gráfica universitária. O lançamento ficou marcado para às 10 horas do dia primeiro de julho próximo, no Centro de Convivência.

Celso refuta as denúncias

O jornalista Celso da Silveira enviou carta ao Diário de Natal na qual responde às críticas do professor Cláudio Emerenciano, que em entrevista a este jornal denunciou várias irregularidades levadas a efeito na Universidade Federal do Rio Grande do Norte durante a gestão do ex-reitor Diógenes da Cunha Lima, entre elas a contratação de professores sem concurso.

A íntegra da carta é a seguinte:

Natal, 17 de junho de 1983
Sr. Luiz Maria Alves
DD. Diretor do Diário de Natal
NESTA

Solicito sua atenção no sentido de assegurar-me o

ex-professor de Técnica de Jornal e de História da Imprensa da FJA, durante quase dez anos e mais três anos como professor de Técnica de Jornal na própria UFRN, nomeado sem con-

seu assessor de imprensa, Aldemar de Almeida, confirmou ontem o pedido de renúncia, através de requerimento, de Ângela Maria de Almeida, Maria da Guia da Mata Oliveira, Celso da Silveira, Kate Guedes e Ney Leandro de Castro. Não houve

as renúncias, que foram apenas um ato em defesa da instituição". Os candidatos ao enquadramento preferirão ficar nas condições atuais, ou seja, percebendo através de contratos de trabalho.

Dois pesos e duas medidas

Enquanto o ex-reitor Diógenes da Cunha Lima acredita que o promotor Jarbas Martins perderá o mandato de segurança impetrado contra a Universidade, continuam as denúncias contra irregularidades cometidas em sua administração, inclusive, o uso de dois pesos e duas medidas em decisões semelhantes.

O próprio Promotor, por exemplo, em 23 de janeiro de 1981, depois de solicitar a regularização de sua situação docente, pois, sem ônus para a UFRN, prestava serviços como orientador de texto, recebeu resposta negativa ao seu pedido.

A diretora da Divisão de Controle de número 238/83-R, deu o seguinte parecer: "Não existe vaga para a categoria de professor colaborador, ficando extinta a contratação na referi-

da função a partir de primeiro de janeiro de 1981, conforme decreto de número 85.487, de 11 de janeiro de 1980".

Diz, ainda, o parecer que a contratação de professores auxiliares somente terá validade "mediante concurso público em época determinada (artigo 8 do referido Decreto)". "Conforme Decreto 84.817/80, fica impedida a admissão de pessoal no período de junho a dezembro de 1981". "Tendo em vista o exposto, a solicitação formulada não pode ser atendida".

No final da tarde de ontem, Jarbas apresentava o processo datado de 23 de dezembro de 1980 e que, ironicamente, estava homologado pela então diretora do Departamento de Oliveira, que apesar de conhecer a legislação, também aceitou ser admitida como professora, sem a realização de concurso público e de títulos.

Mandado não é prejudicado

O promotor José Jarbas Martins, aprovado em 1º lugar no concurso público para professor de Ciência Política, do Campus da UFRN em Nova Cruz, realizado em 1981 e não aproveitado pela Universidade, ontem ainda desconhecia que os cinco professores contratados no final da gestão de Diógenes da Cunha Lima, sem concurso, tinham desistido de suas contratações, em virtude do mandato de segurança que tramita na Justiça Federal do RN.

Indagado se o mandato de segurança tinha "morrido" com a desistência, ele respondeu que iria ao Juízo Federal para saber como estava a tramitação do processo. "Não posso dizer se ele foi prejudicado, porque não existe nada de oficial sobre essas desistências que o jornal noticiou".

Ele aguarda o pronunciamento da Justiça Federal, através do juiz Araken Mariz de Faria, cuja sentença deverá ser proferida até o final do mês.

No Juízo Federal, a reportagem apurou que a UFRN não forneceu as informações solicitadas pelo juiz no

prazo de 10 dias começou a contar na noite de quarta-feira. Fonte do Juízo Federal disse que a justiça age sobre o que está escrito no processo, e não sobre o que é noticiado na imprensa.



Jarbas ainda confia

Prova de redação não ajudou aos candidatos

Em contraste com o "bom" aproveitamento das provas objetivas, apontado pelo vice-presidente da COMFARVE, Geraldo Batista, como dos melhores em todos os concursos vestibulares realizados na UFRN, as redações deixaram a desejar. Pelo menos, foi o que afirmou, ontem, o professor Alcir Leopoldo Dias, chefe do Departamento de Letras da Universidade e coordenador da equipe de professores que corrigiu 1.850 redações selecionadas pelo ponto de corte no segundo vestibular de 1983.

"Não vi progresso nenhum, disse ele, mostrando os erros mais comuns e considerando, no máximo, as redações como "razoáveis". Os erros básicos foram de ortografia, de pontuação, concordância verbal e a própria pobreza de vocabulário, disse.

A utilização de termos inadequados, continuou, também foi uma constante. Criticou, principalmente, a coordenação das idéias dentro da redação, frisando que, aproximadamente 20 por cento dos candidatos, cujas redações foram corrigidas, fugiram do tema

fabricadas, onde os candidatos iniciavam com o tema proposto e desviavam para um dos assuntos "quentes" do momento.

Basicamente, o tema da redação pedia que se falasse das pessoas que apresentavam uma imagem sem o ser, principalmente, no tocante à felicidade. Para Alcir Leopoldo, muitas das redações não abordaram este aspecto tendo até, os desvios para a simples narração. E apresentou duas aberrações: um, falou sobre uma manhã ensolarada, da praia dos Artistas e da barraca da Marlene; outro enveredou por uma estória de um pobre que queria vender uma vaca ao fazendeiro por 200 mil réis.

Outro grande número de erros, assinalou Alcir, ocorreu com as questões subjetivas da prova de Português. Teve candidato que errou todas as dez propostas. Mesmo não informando a quantidade, disse ter várias provas com zero na redação e nas questões subjetivas, o que elimina o candidato. Para ele, as causas dessas redações "cofríveis" são a falta do hábito de lei-